



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
Processo Administrativo nº 008498/2025-15
UASG: 926697

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da Divisão de Licitações, sediada Rua Jundiaí, 481, Tirol – Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Resoluções nº 05/2023 e nº 07/2023, Atos da Mesa nº 2530/2023 e nº 2531/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 16 de junho de 2026

Horário: 09h (nove horas) - Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: Menor preço por lote

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, abrangendo Plataformas de Acessibilidade (Lote 1) e elevadores (Lote 2), incluindo o fornecimento e a substituição de peças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será do tipo menor preço por lote

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 01101 - Assembleia Legislativa do Estado do RN

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0100 - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Ação: 200101 - Manutenção e Funcionamento da Assembleia Legislativa

Elemento de despesa (Manutenção preventiva e corretiva): 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subelemento: 17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos

Fonte: 0500 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Região: 0001 – Rio Grande do Norte



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **A licitação é destinada a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.

3.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. valor unitário e total do item;
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Fabricante;
 - 5.1.4. Quantidade
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores



àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.2.2. empresas brasileiras;

6.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO



7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, **caso solicitado**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, caso os documentos encontrem-se no Sistema.



- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.19. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratar, uma vez que a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados será exigida nas Licitações Públicas de forma diferenciada e para efeito de assinatura dos contratos, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.21. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que trata o subitem 8.18.



9. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.7.1. CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da empresa licitante e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), no ramo de atividade de engenharia mecânica, da região a que estiverem vinculados, com prazo de validade em vigor, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação;

9.7.2. A empresa licitante e os seu(s) responsável(is) técnico(s) que não sejam registrados/inscritos no CREA do Rio Grande do Norte deverão apresentar DECLARAÇÃO de que, na ocasião da assinatura do contrato, providenciarão os respectivos vistos deste órgão regional, em atenção à Resolução do CONFEA nº 413, de 27 de junho de 1997.

9.7.3 Qualificação Técnico-Operacional

9.7.3.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (OPERACIONAL), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se atesta(m) que a empresa tenha executado prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por período não inferior a dois anos.

9.7.3.2 Para a comprovação do quantitativo mínimo, a licitante deverá demonstrar ter prestado os mesmos serviços em ao menos 2 (dois) elevadores;

9.7.3.3. Comprovação mínima de 2 (dois) anos na área de manutenção de elevadores;

9.7.4 Qualificação Técnico-Profissional



9.7.4.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que se comprove(m) que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para abertura da sessão, profissional(is) de nível superior, devidamente reconhecido(s) pelo CREA, na área de engenharia mecânica, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) com registro do(s) atestado(s) apresentado(s), por execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação;

9.7.4.2 O(s) profissional(ais) indicado(s) pelo licitante, deverá(ão) ser o(s) responsável(is) técnico(s) da prestação do serviço; admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente aprovada pelo Síndico;

9.7.4.3 Admitir-se-á, para fins de habilitação técnica, a declaração de que o licitante contratará, até a data de assinatura do contrato decorrente dessa licitação, o(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) nessa fase, acompanhada de anuência desse(s) profissional(ais) em trabalhar na prestação do serviço;

9.7.4.4 O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da Certidão de Acervo Técnico do(s) profissionais(is) indicado(s) e também poderá(ão) estar(em) acompanhado(s) de sua(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado(s) e averbado(s) no CREA, sendo a CAT obrigatória;

9.7.4.5 DECLARAÇÃO de que disporá, por ocasião da futura contratação, do pessoal técnico considerado essencial para a execução contratual. Tal equipe deve ser constituída por profissionais com as habilitações mínimas e exigências abaixo descritas:

9.7.4.6 Engenheiro Mecânico com formação em estabelecimento de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação, com registro técnico no CREA.

9.7.4.7 Mecânico de manutenção em elevador com experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos.

9.7.4.8 A comprovação do vínculo profissional deverá ser feita por meio de apresentação de cópias das Carteiras de Trabalho (CTPS) ou de fichas de registro de empregado que comprovem a condição de que pertence ao quadro da CONTRATADA, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou de declaração de contratação futura do profissional, com anuência deste, ou, ainda, por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

9.7.4.9 Os profissionais indicados pela CONTRATADA, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço, objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de [5] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura,



mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [5] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [5] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [5] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 Abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista da microempresa e empresa de pequeno porte.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso



para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço rua Jundiá, 481, Tirol – Natal/RN, na Divisão de Licitações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte ou pelo <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/pesquisa-processo>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@al.rn.leg.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.al.rn.leg.br
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 14.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Parentesco;
 - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Contrato

Natal/RN, 28 de maio de 2026.

Thiago Rogério de Melo Jácome
Pregoeiro



Processo nº: 008498/2025-15

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Inciso I do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, abrangendo Plataformas de Acessibilidade (**Lote 1**) e elevadores (**Lote 2**), incluindo o fornecimento e a substituição de peças, nos termos das tabelas a seguir e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 (Plataformas de acessibilidade)

1.2.

Item	Especificação de Objeto	QNT. De Plataformas	Unidade de Medida	Nº total de manutenções mensais	Nº total de manutenções anuais
1	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção Preventivas de Plataformas de acessibilidade - periodicidade mensal	6	Serviço	6 (uma para cada plataforma)	72
2	Pintura com tratamento anticorrosivo das plataformas e da estrutura autoportante - periodicidade anual	6	Serviço	Não há	6 (uma para cada plataforma)
3	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção Corretiva de Plataformas de acessibilidade e Atendimento de Emergência	6	Hora	50h (máximo em horas estimadas para manutenções corretivas por ano)	
4	Fornecimento e reposição de peças conforme a necessidade	6	Saldo R\$	R\$ 40.875,00 (valor máximo anual estimado)	
*Ressalta-se que os valores das manutenções corretivas, atendimento de emergência e reposição de peças só serão pagos quando efetivamente utilizado parte do saldo pela ALRN.					



LOTE 2 (Elevadores)

1.3.

Item	Especificação de Objeto	QNT. De Elevadores	Unidade de Medida	Nº total de manutenções mensais	Nº total de manutenções anuais
1	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção Preventiva de elevadores de acordo com os modelos descritos no item 1.5	4	Serviço	4 (uma para cada elevador)	48
2	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção Corretiva de elevadores de acordo com os modelos descritos no item 1.5	4	Hora	131 (máximo em horas estimadas para manutenções corretivas por ano)	
3	Fornecimento e reposição de peças conforme a necessidade	4	Saldo R\$	R\$ 44.046,66 (valor máximo anual estimado)	
*Ressalta-se que os valores das manutenções corretivas e reposição de peças só serão pagos quando efetivamente utilizado parte do saldo pela ALRN.					

Especificações Técnicas das Plataformas

1.4.

Marca e Modelo	QNT.	Localização
Plataforma de acessibilidade PNE, marca Ortobrás, comando automático, com três paradas, enclausuramento autoportante.	1	Prédio Sede, Palácio José Augusto, Praça Sete de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN – Setor de Saúde
Plataforma de acessibilidade PNE, montada pela Elite e equipamentos e serviços LTDA, de comando automático, enclausuramento autoportante.	1	Escola da Assembleia, Rua Açú, nº426, Tirol, Natal/RN
Plataforma Montada de Percurso Vertical com Capacidade de 250 Kg Com Cabine de 0,90 X 1,40 M, confeccionada Em Aço Inox Com Porta de Vidro Temperado 10mm, Barreira Eletrônica, Piso Tátil, Teto Em Mdf Com Luminária E De Modelo Duas Paradas (6 Metros Por Minuto).	1	Memorial do Legislativo Potiguar – Avenida Câmara Cascudo, 398 –



		Cidade Alta, Natal – RN, 59025-280
Plataforma elevatória da Industrial Elevadores, suporta até 3 pessoas ou 264kg. Avança um pavimento por vez a cada toque no botão.	1	Museu Café Filho - Rua da Conceição, 601, Cidade Alta - Natal – RN.
EASY VERTICAL - Plataforma Vertical; modelo VEH 20; capacidade 275 kg; VELOCIDADE 6 m/min; Tipo de Instalação: Interna (Abrigada); Paradas: 2; Entrada/Saída: Opostas - 180 Graus; Desnível Vertical: 1600 (mm); Acionamento: Hidráulico Oleodinâmico (Relação 2:1); Operação: Motor Elétrico; Enclausuramento: O Enclausuramento consiste em uma caixa de corrida que revestirá externamente por completo o equipamento. Material do Enclausuramento: Vidro Laminado; Fornecimento do Enclausuramento: A Vendedora confeccionará o enclausuramento da Plataforma; Dimensões da Base: 900 x 1400 mm; Pavimento(s) Superior(es): uma Porta com altura de 2000 mm (desn. maior que 2,0 m) ou um Portão com altura de 1100 mm (desn. até 2,0 m) com Travamento Eletromecânico; Pavimento(s) Inferior(es): uma Porta com altura de 2000 mm e Travamento Eletromecânico; Botoeiras: Controle de Chamadas no interior do equipamento e nos pavimentos através de botões com acionamento por Pressão Constante; Cor do equipamento/ Acabamento: Eletrostática Texturizada Cinza; Alimentação p/ Equip. / Frequência: 220V / 60 Hz	1	Anexo. Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN
Linha: EASY VERTICAL - Plataforma Vertical Modelo: VEH 35 Capacidade de Carga: 275Kg Velocidade: 6 m/min Tipo de Instalação: Interna (Abrigada) Paradas: 3; Entrada/Saída: Opostas - 180 Graus Desnível Vertical: 3200 (mm) Acionamento: Hidráulico Oleodinâmico (Relação 2:1) Operação: Motor Elétrico Enclausuramento: O Enclausuramento consiste em uma caixa de corrida que revestirá externamente por completo o equipamento. Material do Enclausuramento: Alvenaria pelo Cliente Fornecimento do Enclausuramento: O Comprador deverá confeccionar o enclausuramento em Alvenaria de tal forma que exista espaço disponível para a entrada da torre de acionamento e seu posicionamento no interior deste espaço conforme indicado no Projeto Executivo fornecido pela	1	Anexo. Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN



Vendedora. Dimensões da Base: 900 x 1400 mm Cabina Alta com Ventilador embutido no teto e Iluminação Emergência Pavimento(s) Superior(es): uma Porta com altura de 2000 mm (desn. maior que 2,0 m) ou um Portão com altura de 1100 mm (desn. até 2,0 m) com Travamento Eletromecânico Pavimento(s) Inferior(es): uma Porta com altura de 2000 mm e Travamento Eletromecânico Botoeiras: Controle de Chamadas no interior do equipamento e nos pavimentos através de botões com acionamento por Pressão Constante Cor do equipamento/ Acabamento: Eletrostática Texturizada Cinza Alimentação p/ Equip. / Frequência: 220V / 60 Hz		
---	--	--

Especificações Técnicas dos Elevadores

1.5.

Item	Marca e Modelo	QNT.	Local Instalado
01	Elevador marca Atlas Schindler S/A, modelo EEL 1341995	1	Prédio Sede, Palácio José Augusto, Praça Sete de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN – Setor de Saúde
02	Elevador marca Atlas Schindler S/A, modelo EEL 1341987	1	Prédio Sede, Palácio José Augusto, Praça Sete de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN – Setor de Saúde
03	Elevador marca Atlas Schindler S/A, Modelo Navona 11832881	1	Anexo. Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN
04	Elevador marca Atlas Schindler S/A, Modelo Navona 11832887	1	Anexo. Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Ato da Mesa nº 2530, de 29 de dezembro de 2023.

1.7. O serviço apresentado se caracteriza como serviços comum de engenharia, em conformidade com o que diz o artigo 6º da lei 14.133/2021, inciso XXI, o qual define tal tipo de serviço como sendo todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;



Justificativa para a contratação

Plataformas

1.8. A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para plataformas elevatórias de acessibilidade visa garantir o pleno funcionamento e a segurança desses equipamentos, essenciais para assegurar a mobilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

1.9. A manutenção regular é fundamental para preservar a vida útil dos equipamentos, evitar falhas operacionais, prevenir riscos à integridade física dos usuários e assegurar a conformidade com as normas de acessibilidade vigentes, em especial as disposições da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e normas técnicas da ABNT. Trata-se de medida necessária para a promoção da inclusão, da acessibilidade universal e da continuidade dos serviços públicos prestados com qualidade.

Elevadores

1.10. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte possui contrato vigente (Contrato nº 005/2023) para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento e substituição de peças e componentes, garantindo o pleno funcionamento dos dois equipamentos instalados na sede da Casa Legislativa. Contudo, com a recente reforma do prédio Anexo Vigário Bartolomeu, que será entregue em breve para utilização, foram instalados dois novos elevadores que não estão contemplados no contrato atual, deixando-os desprovidos de cobertura contratual para eventuais manutenções.

1.11. Essa situação gera a necessidade de abertura de um novo processo de contratação, visando incluir os elevadores do Anexo no escopo de manutenção preventiva e corretiva. Tal medida é essencial para assegurar a continuidade e a confiabilidade no funcionamento dos equipamentos, prevenindo falhas, paralisações e transtornos administrativos que poderiam impactar tanto o desempenho das atividades internas da Assembleia quanto o atendimento à sociedade.

1.12. Por fim, a manutenção adequada dos elevadores também contribui para reduzir os custos com reparos e substituições de equipamentos, visto que a prevenção de problemas é sempre mais econômica que a correção de possíveis falhas graves. Portanto, investir em manutenção preventiva e corretiva é uma medida importante para garantir a eficiência e a segurança dos elevadores na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO PARA AMBOS OS LOTES (Inciso II do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Justificativa para divisão em lotes

2.2. A divisão da contratação em dois lotes, justifica-se pela especificidade técnica e operacional de cada equipamento. As plataformas de acessibilidade e os elevadores possuem



características distintas, exigindo conhecimentos, ferramentas e peças específicas para sua correta manutenção.

Possibilidade de subcontratação

2.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR (Inciso III do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

REQUISITOS PARA O LOTE 1 (subitens 3.1 ao 3.9)

- 3.1. Atendimento às normas da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e NBR 15655 (Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida);
- 3.2. A Contratada deverá dispor de ferramentas e de equipamentos para manutenção preventiva e corretiva e atendimentos de emergência.
- 3.3. Garantir a conservação e o funcionamento seguro e confiável do equipamento.
- 3.4. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas, decretos e legislação pertinentes.
- 3.5. Fornecer à Contratante as formas de contato para chamadas de atendimento, inclusive as de emergência, tais como endereços eletrônicos e números de telefones celulares, inclusive os contatos do Engenheiro Supervisor, mantendo-os atualizados.
- 3.6. Fornecimento de peças originais ou compatíveis, com garantia mínima de 6 (seis) meses;
- 3.7. Exigência de garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre os serviços prestados e de 6 (seis) meses sobre peças fornecidas;

Critérios e práticas de sustentabilidade (Inciso XVII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

- 3.8. Os resíduos gerados na manutenção (como óleos, fluidos, peças e componentes substituídos) deverão ser descartados de forma ambientalmente correta, conforme a legislação vigente, preferencialmente por meio de empresas licenciadas.
- 3.9. Deverão ser adotadas práticas que minimizem o consumo de água, energia e materiais durante a execução dos serviços.

REQUISITOS PARA O LOTE 2 (subitens 3.10 ao 3.31.3)

Das normas a serem seguidas:

- 3.10. NR- 6 – Equipamento de proteção individual;
- 3.11. NR- 9 – PPRA – Programa de prevenção dos riscos ambientais;
- 3.12. NR-10 – Instalações e serviços em eletricidade;
- 3.13. NR-11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
- 3.14. NR-12 – Máquinas e equipamentos;
- 3.15. NR-16 – Atividades e operações perigosas;



- 3.16. NR-23 – Proteção contra incêndios;
- 3.17. NR-24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;
- 3.18. NR-26 – Sinalização de Segurança;
- 3.19. NR-33 – Segurança e Saúde do Trabalho em Espaços Confinados;
- 3.20. NR-35 – Trabalho em altura.
- 3.21. ABNT NBR – 12.892:2009.
- 3.22. ABNT NBR – 16.083:2012.
- 3.23. ABNT NBR 16858-1
- 3.24. ABNT NBR 16858-7
- 3.25. ABNT NBR – 5665:1983
- 3.26. ABNT NBR – NM 313:2007
- 3.27. ABNT NBRISO9386-1
- 3.28. ABNT NBR – NM 5.410:2005

Critérios e práticas de sustentabilidade

3.29. Deve-se obedecer às diretrizes do DECRETO Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022, o qual dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.30. Deve-se obedecer à RESOLUÇÃO CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, a qual tece comentários sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

3.31. “Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

3.31.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

3.31.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

3.31.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.”



Qualificação Técnica PARA AMBOS OS LOTES

3.32. CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da empresa licitante e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), no ramo de atividade de engenharia mecânica, da região a que estiverem vinculados, com prazo de validade em vigor, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação;

3.33. A empresa licitante e os seu(s) responsável(is) técnico(s) que não sejam registrados/inscritos no CREA do Rio Grande do Norte deverão apresentar DECLARAÇÃO de que, na ocasião da assinatura do contrato, providenciarão os respectivos vistos deste órgão regional, em atenção à Resolução do CONFEA nº 413, de 27 de junho de 1997;

Qualificação Técnico-Operacional

3.34. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (OPERACIONAL), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se atesta(m) que a empresa tenha executado prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por período não inferior a dois anos.

3.35. Para a comprovação do quantitativo mínimo, a licitante deverá demonstrar ter prestado os mesmos serviços em ao menos 2 (dois) elevadores;

3.36. Comprovação mínima de 2 (dois) anos na área de manutenção de elevadores;

Qualificação Técnico-Profissional

3.37. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que se comprove(m) que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para abertura da sessão, profissional(is) de nível superior, devidamente reconhecido(s) pelo CREA, na área de engenharia mecânica, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) com registro do(s) atestado(s) apresentado(s), por execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação;

3.38. O(s) profissional(ais) indicado(s) pelo licitante, deverá(ão) ser o(s) responsável(is) técnico(s) da prestação do serviço; admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente aprovada pelo Síndico;

3.39. Admitir-se-á, para fins de habilitação técnica, a declaração de que o licitante contratará, até a data de assinatura do contrato decorrente dessa licitação, o(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) nessa fase, acompanhada de anuência desse(s) profissional(ais) em trabalhar na prestação do serviço;

3.40. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da Certidão de Acervo Técnico do(s) profissionais(is) indicado(s) e também poderá(ão) estar(em) acompanhado(s) de sua(s)



respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado(s) e averbado(s) no CREA, sendo a CAT obrigatória;

3.41. DECLARAÇÃO de que disporá, por ocasião da futura contratação, do pessoal técnico considerado essencial para a execução contratual. Tal equipe deve ser constituída por profissionais com as habilitações mínimas e exigências abaixo descritas:

3.41.1. Engenheiro Mecânico com formação em estabelecimento de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação, com registro técnico no CREA.

3.41.2. Mecânico de manutenção em elevador com experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos.

3.42. A comprovação do vínculo profissional deverá ser feita por meio de apresentação de cópias das Carteiras de Trabalho (CTPS) ou de fichas de registro de empregado que comprovem a condição de que pertence ao quadro da CONTRATADA, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou de declaração de contratação futura do profissional, com anuência deste, ou, ainda, por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

3.43. Os profissionais indicados pela CONTRATADA, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço, objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

Indicação justificada de necessidade de vistoria, ainda que facultativa PARA AMBOS OS LOTES

3.44. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas.

3.45. A vistoria deverá ser previamente agendada com a Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico da ALRN, por meio do e-mail cial@al.rn.leg.br ou dos telefones (84) 3232- 5962 / 3232-2889.

3.46. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.47. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.48. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.49. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA AMBOS OS LOTES

Habilitação Jurídica

- 3.50. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 3.51. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 3.52. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 3.53. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 3.54. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 3.55. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 3.56. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 3.57. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Pessoa Jurídica)

- 3.58. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 3.59. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 3.60. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 3.61. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.



- 3.62. Certidão Negativa de Inidoneidade e Impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 3.63. Certidão Negativa de Inidoneidade e Impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 3.64. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 3.65. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 3.66. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 3.67. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 3.68. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO PARA AMBOS OS LOTES (Inciso IV do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Prazo de vigência

- 4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da formalização do contrato ou instrumento que o substitua, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva das plataformas de acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) e de elevadores são classificados como serviços continuados, uma vez que sua execução não se esgota com a prestação pontual, devendo ser realizada de forma periódica, regular e ininterrupta ao longo do tempo, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento, a segurança dos usuários e a preservação dos equipamentos.

5. MODELO DE GESTÃO (Inciso I do Art 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Modelo de Gestão - LOTE 1 (Subitens 5.1 ao 5.8)

- 5.1. O servidor Silvio Rodrigues dos Santos, matrícula nº 154785-2 será fiscal titular, e o servidor João Renato Ribeiro Capistrano de Oliveira, matrícula nº 201909-4, será fiscal substituto, E-mail: servicosgerais@al.rn.leg.br, Telefone: 3232-0097, e exercerão a fiscalização da contratação, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, mediante notificação, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.



5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

5.3. A fiscalização exercida no interesse do órgão contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

5.4. O Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.5. As comunicações entre a ALRN e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.6. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios e o fiscal designado estabelecerão todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

5.7. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.8. Ao final do contrato, caberá ao fiscal emitir relatório quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho e eventuais penalidades aplicadas durante a execução contratual.

Modelo de Gestão - LOTE 2 (Subitens 5.9 ao 5.16)

5.9. O servidor Isaac Batista dos Santos, matrícula nº 202.932-4 será fiscal titular, e o servidor Rodrigo Eufrásio Dantas, matrícula nº 208227-6, será fiscal substituto, E-mail: manutencao@al.rn.leg.br, Telefone: 3132-0067, e exercerão a fiscalização da contratação, registrando todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, mediante notificação, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; também, adotarão as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

5.10. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

5.11. A fiscalização exercida no interesse do órgão contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições, emprego de material inadequado ou de qualidade dos serviços, tendo-se que a sua ocorrência não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

5.12. O Fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.13. As comunicações entre a ALRN e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



5.14. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios e o fiscal designado estabelecerão todos os contatos durante a execução do contrato, nos termos da legislação.

5.15. A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.16. Ao final do contrato, caberá ao fiscal emitir relatório quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho e eventuais penalidades aplicadas durante a execução contratual.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO PARA AMBOS OS LOTES (Inciso VI do Art 2º do Anexo VI do Ato de Mesa 2531/2023)

6.1. O prazo para o início da execução do objeto será de 5 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA AMBOS OS LOTES (Inciso VII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

7.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Lei nº 14.133/2021, art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



- 7.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 7.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 7.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 7.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE PARA AMBOS OS LOTES

- 8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:
- 8.2. Emitir Nota de Empenho a crédito da Contratada no valor correspondente ao valor de fornecimento de material ou prestação serviço, relacionados ao objeto deste instrumento;
- 8.3. Atentar para que, durante a vigência de contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação por parte da Contratada, bem como para que seja mantida a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 8.4. Prestar todas as informações e todo o apoio necessários para que os serviços sejam realizados conforme planejado, de forma sequencial e sem interrupções;
- 8.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;



- 8.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;
- 8.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber;
- 8.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.12. Cientificar autoridade superior para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.13. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO (Inciso VIII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Regime de Execução - LOTE 1 (Subitens 9.1 ao 9.26)

Definições

- 9.1. **Manutenção Preventiva:** todas as tarefas programadas para preservar o equipamento e a segurança de seus usuários, e conservar e prevenir possíveis problemas de funcionamento do equipamento, subsistemas e componentes, efetuadas periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliação e análise dos elementos e do conjunto, que proponham medidas necessárias para que se evitem falhas com procedimentos e normas técnicas adequados para cada situação.
- 9.2. **Manutenção Corretiva:** todas as ações e medidas não programadas destinadas a manter a integridade do equipamento, a segurança dos usuários e corrigir problemas de funcionamento no equipamento, nos seus subsistemas e componentes, de forma a recolocá-lo em perfeitas condições de operação, fazendo os reparos necessários, com procedimentos e normas técnicas adequadas.
- 9.3. **Atendimento de Emergência:** o atendimento de emergência é aquele destinado a atender chamados para liberar pessoas retidas em cabinas e/ou para casos de acidentes.

Da Manutenção Preventiva

- 9.4. A Contratada deverá entregar para análise do fiscal da Contratante no ato de assinatura do contrato o Plano de Manutenção Preventiva onde constarão todas as atividades a serem realizadas e a sua periodicidade atendendo normas técnicas e legislação pertinentes.
- 9.5. As manutenções preventivas serão executadas mensalmente, atendendo o Plano de Manutenção Preventiva acordado entre as partes.



9.6. O horário dos serviços a serem realizados é das 08:00h às 14:00 horas em dias úteis (de segunda a sexta-feira).

9.7. Na Manutenção Preventiva deverão ser realizadas todas as inspeções e os serviços técnicos necessários, conforme a definição no item 9.1, destacando os seguintes procedimentos:

9.7.1. Inspeção minuciosa de peças e componentes, tais como sensores, cabos amortecedores de porta, correntes, máquinas de tração, rolamento do motor, freios, limitador de velocidade, painéis de comando, seletor, chaves e contadoras, microprocessadores, guias, fixadores, armação de contrapeso, correias, operadores de portas e inversores;

9.7.2. Limpeza do equipamento;

9.7.3. Lubrificação;

9.7.4. Regulagem;

9.7.5. Ajuste geral;

9.7.6. Pintura anticorrosiva.

9.7.7. Inspeccionar todo o sistema para averiguação de irregularidades;

9.7.8. Examinar todos os dispositivos de segurança;

9.7.9. Verificar as condições dos freios;

9.7.10. Verificar as condições dos botões de chamada, botoeiras, e lâmpadas indicadoras;

9.7.11. Verificar a partida, parada e nivelamento da plataforma;

9.7.12. Realizar a lubrificação de polias, cabos, etc;

9.7.13. Conferir os sistemas elétrico, eletrônico e hidráulico, verificar o nível do óleo;

9.7.14. Executar todos os testes e ensaios, sobretudo os de segurança, exigidos pelas normas e legislação pertinentes;

9.7.15. Verificar se todos os componentes estão limpos e secos, inclusive o poço, proceder a limpeza e impermeabilização;

9.7.16. Verificar a condição de ajuste e de desgaste de componentes;

9.7.17. Prevenir e corrigir a ocorrência de corrosão;

9.7.18. A lista de atividades descritas aqui não é exaustiva, portanto, não exclui qualquer outra

9.7.19. que se mostre necessária a operação, segurança pessoal e conservação do equipamento.

Da Manutenção Corretiva

9.8. A Manutenção Corretiva será realizada no equipamento quando apresentar defeitos, mediante chamado técnico por parte da Contratante.

9.9. Para a manutenção corretiva, será considerado o início do atendimento a partir da chegada do técnico ao local onde está instalada a plataforma, que não poderá exceder a 2 (duas) horas da comunicação do defeito pela CONTRATANTE à CONTRATADA. Caso o defeito seja constatado pela CONTRATADA, será considerado de imediato o início do atendimento.

9.10. O término do reparo, com disponibilização do equipamento para uso em perfeitas condições, não poderá exceder a 48 (quarenta e oito) horas do início do atendimento.

9.11. Assim que equipe de manutenção chegar ao local do equipamento deverá sanar os defeitos de menor gravidade e sem reposição de peças, ou para serviços de maior gravidade realizar o diagnóstico completo, avaliar a necessidade de reposição de peças/componentes.



9.12. Para a substituição de peças e componentes, a Contratada deverá apresentar ao fiscal, em até 24 (vinte e quatro) horas laudo técnico justificando a troca.

9.13. Após a substituição, a Contratada deverá realizar a destinação (descarte) adequada das peças e componentes substituídos.

Do Serviço de Atendimento de Emergência

9.14. A Contratada deverá dispor de equipe para atendimento de emergência 24 horas/dia inclusive sábados, domingos e feriados.

9.15. Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, independente do dia e do horário, o prazo máximo de atendimento, após abertura do chamado, deverá ser de até 30 (trinta) minutos.

Do fornecimento e substituição de peças

9.16. As peças, partes destas, componentes e outros materiais necessários devem ser originais, admitindo-se a substituição por similar de boa qualidade, apenas quando não visar a redução de custos e com justificativa prévia e fundamentada, aceita pelo fiscal do contrato.

9.17. O fiscal do contrato poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da procedência original das peças, parte destas, componentes e outros materiais necessários, inclusive com apresentação de notas fiscais e com restituição das peças substituídas.

9.18. A critério da Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais e/ou peças substituídas ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

9.19. Quando houver necessidade de deslocamento da plataforma ou de partes/peças desta do local onde estiver instalada para realizar o reparo, o transporte e as demais despesas decorrentes correrão por conta e ônus exclusivamente da CONTRATADA.

9.20. As peças que eventualmente precisem ser trocadas serão custeadas pela CONTRATANTE, mediante procedimento abaixo descrito a ser seguido pela CONTRATADA:

9.20.1. Depois de verificada pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE a necessidade de substituição de peças, aquela deverá emitir relatório circunstanciado, especificando o defeito apresentado e a(s) peça(s) que necessita(m) ser substituída(s);

9.20.2. A CONTRATADA enviará ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a "Proposta de Preço" da peça a ser trocada e utilizada no serviço, contendo o valor da peça;

9.20.3. A Proposta de Preço deverá conter no mínimo, as seguintes informações:

9.20.3.1. Nome da Empresa, endereço completo, telefone e nome do preposto para contato;

9.20.3.2. Cidade;

9.20.3.3. Data;

9.20.3.4. Endereçada à: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE (Att: coordenadoria de Infraestrutura e Apolo Logístico)

9.20.3.5. Assunto: Proposta de Preço para fornecimento/substituição de peça(s);

9.20.3.6. Proposta/ Orçamento n°;



- 9.20.3.7. Descrição da(s) peça(s) a ser fornecida(s); -Identificação do(s) local(is) onde a(s) peça(s) será(ão) instalada(s)/substituída(s);
- 9.20.3.8. Justificativa para a reposição/substituição da(s) peça(s);
- 9.20.3.9. Método/Equipamento utilizado para a verificação/comprovação do defeito de cada peça, para fins de justificar a reposição/substituição,
- 9.20.3.10. Composição de preço para o fornecimento da(s) peça(s):
- 9.20.3.10.1. Discriminação;
- 9.20.3.10.2. Quantidade;
- 9.20.3.10.3. Preço unitário;
- 9.20.3.10.4. Subtotal;
- 9.20.3.10.5. Custo com frete;
- 9.20.3.10.6. ICMS;
- 9.20.3.10.7. Custo da emissão da Nota Fiscal;
- 9.20.3.10.8. Valor total;
- 9.20.3.11. Forma de pagamento;
- 9.20.3.12. Prazo de entrega;
- 9.20.3.13. Prazo para substituição da(s) peça(s);
- 9.20.3.14. Justificativa para o prazo de substituição da(s) peça(s);
- 9.20.3.15. Garantia (especificar);
- 9.20.3.16. Validade da proposta;
- 9.20.3.17. Assinatura do representante da firma, com nome legível, função e telefone para contato;
- 9.20.3.18. Local reservado para "Aprovação do responsável",
- 9.20.3.19. Local reservado para "Justificativa para aprovação do orçamento".
- 9.20.3.20. Os preços das peças oferecidas pela CONTRATADA deverão estar de acordo com o praticado no mercado, para que possa haver a autorização da substituição da peça e o respectivo pagamento pela CONTRATANTE; A verificação será realizada pela Administração, por meio de, no mínimo, 3 (três) amostras de preços. A metodologia de cálculo será definida pela Administração, conforme as peculiaridades do caso concreto.
- 9.20.3.21. Caso o contratado se recuse a fornecer a peça pelo valor estipulado conforme os critérios acima, a Administração poderá:
- 9.20.3.21.1. adquirir diretamente o item necessário, com retenção do valor correspondente no contrato;
- 9.20.3.21.2. aplicar as sanções previstas contratualmente e na legislação pertinente, por inexecução parcial do objeto.
- 9.21. As peças deverão ser entregues no menor tempo possível após autorização da CONTRATANTE. Não havendo possibilidade de atendimento dentro do prazo estipulado, a CONTRATADA deverá justificar o atraso e informar o novo prazo, que deverá ser analisado pela CONTRATANTE para anuência ou não.

Do recebimento



9.22. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN e o disposto no art. 140 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, conforme exposto a seguir:

9.22.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

9.22.2. Definitivamente, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.23. **Nos casos de manutenção preventiva**, se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com as especificações contidas no contrato firmado, na respectiva proposta de preços e neste Termo de Referência, depois da licitante contratada ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias corridos para concluí-los, desta vez, dentro das referidas especificações.

9.24. **Nos casos de manutenção corretiva**, se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com as especificações contidas no contrato firmado, na respectiva proposta de preços e neste Termo de Referência, depois da licitante contratada ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas corridas para concluí-los, desta vez, dentro das referidas especificações.

9.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.26. O recebimento definitivo dos serviços objeto deste Certame não exclui a responsabilidade da licitante contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela ALRN, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

Regime de Execução - LOTE 2 (Subitens 9.27 ao 9.69)

9.27. A contratação abrangerá a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes originais, de modo a assegurar o funcionamento pleno e seguro dos quatro elevadores da Casa Legislativa.

9.28. A Contratada deverá fornecer à Contratante as formas de contato para chamadas de atendimento, tais como endereços eletrônicos, números de telefones celulares, inclusive os contatos do Engenheiro Supervisor, mantendo-os atualizado.

9.29. A Contratada deverá emitir Relatório de Serviços de Manutenção mensalmente identificando os serviços realizados e materiais substituídos, informando as datas e os profissionais, compatível com a discriminação da Nota Fiscal/Fatura.

9.30. A Contratada deverá solicitar ao fiscal autorização para retirada de peças e componentes dos sistemas para manutenção fora do local de instalação do equipamento.

9.31. A Contratada deverá sinalizar adequadamente o equipamento, restringindo o uso, durante o período de manutenção para a segurança de usuários e terceiros.

9.32. A Contratada deverá manter o local limpo e organizado durante e após os serviços.

9.33. A CONTRATADA deverá estabelecer com a Administração a melhor estratégia de desligamento quando a manutenção for feita em vários equipamentos.



Serviços de Manutenção Preventiva

9.34. O horário dos serviços a serem realizados é das 8h às 17h em dias úteis (de segunda a sexta-feira).

9.35. As inspeções e as manutenções deverão ser realizadas mensalmente e, para tanto, deverá produzir relatório circunstanciado das condições dos elevadores, sendo apontados quaisquer tipos de anomalias detectadas, bem como a necessidade de substituição de peças e componentes;

9.36. A contratada deverá elaborar o cronograma de Manutenções, baseando-se nos manuais do fabricante e nas melhores práticas relativas ao objeto contratado, que deverá ser submetida à aprovação pelo fiscal do contrato;

9.37. Cabe à CONTRATADA efetuar mensalmente os serviços de manutenção preventiva nos equipamentos, efetuando a inspeção, limpeza, lubrificação, regulação, ajustagem e reparos, em todos os seus componentes, sejam eles mecânicos, eletroeletrônicos ou eletrônicos, localizados na casa de máquinas, caixa de corrida, poço (inclusive limpeza do poço), cabine e pavimentos, conforme necessidade técnica e de acordo com os relatórios produzidos conforme item 9.36.

9.38. O serviço de manutenção preventiva consiste em, mas não se limitam:

9.39. Mensalmente:

- 9.39.1. Verificar ruídos e vibrações anormais;
- 9.39.2. Limpeza externa ou interna, considerando o perfeito funcionamento da máquina;
- 9.39.3. Medir e registrar tensão elétrica na alimentação do motor;
- 9.39.4. Efetuar reaperto de parafusos, molas e outros;
- 9.39.5. Verificar estado de fiação, terminais e conatos elétricos;
- 9.39.6. Verificar a vedação do painel e demais locais onde há riscos de choque elétrico;
- 9.39.7. Verificar lubrificação dos equipamentos que têm necessidade de serem lubrificados;
- 9.39.8. Verificar dispositivos de segurança;
- 9.39.9. Realizar qualquer outro serviço relacionado com a manutenção preventiva dos equipamentos.

9.40. Trimestralmente:

- 9.40.1. Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão;
- 9.40.2. Verificar as instalações prediais que comportam o elevador e relatar sua situação ao fiscal de contratos, por meio de relatório;
- 9.40.3. Fazer um levantamento geral do funcionamento do elevador com base nas visitas mensais.

Da Manutenção Corretiva

9.41. Para os serviços de manutenção corretiva ou emergencial, compete à contratada substituir ou consertar componentes mecânicos e eletroeletrônicos necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais de segurança e funcionamento e executar, sempre que necessário, as substituições de peças e componentes.

9.42. O serviço de suporte técnico será prestado da seguinte forma:

- 9.42.1. O suporte técnico deverá ser prestado “in loco”;



- 9.42.2. O suporte técnico deverá ser realizado no formato 24/7/365(vinte e quatro horas, sete dias na semana, trezentos e sessenta e cinco dias no ano);
- 9.42.3. Em caso de abertura de chamado de suporte técnico, deverá ser realizado por meio de contato telefônico disponibilizado pela Contratada, devendo ser atendido em até 48 (quarenta e oito) horas. Em caso de ser um problema de urgência elevada, a Contratada deverá atender o serviço em até 4 (quatro) horas.
- 9.42.4. Ao término do atendimento de suporte técnico, o funcionário da Contratada deverá entregar ao representante da Contratante, servidor que acompanhará o atendimento do suporte técnico, cópia de ordem de serviço, discriminando o horário da abertura do chamado, horário de chegada ao local, horário de término da visita e discriminação do serviço realizado, o qual será assinado pelo funcionário da Contratada e pelo servidor responsável.
- 9.43. O serviço de Manutenção Corretiva consiste na solução de eventuais problemas, danos ou defeitos, bem como dos que venham a ocorrer durante a execução do contrato, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos, constituindo a reparação de defeitos e danos, substituição de peças e componentes, devendo ser prestado da seguinte forma:
- 9.44. A Contratada atenderá as solicitações da Contratante, podendo ser realizada em quaisquer horários, incluindo sábado, domingo e feriados, quando houver paralisação por quebra de equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças e componentes ou para a correção de defeitos detectados durante a manutenção preventiva ou que venham a prejudicar o funcionamento dos equipamentos.
- 9.45. O serviço será executado no local onde o equipamento encontra-se instalado. Exceto nos casos que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo até a oficina da Contratada, quando será necessária a autorização da Contratante, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para a Contratante. Isto somente deve ocorrer em casos com determinação técnica compulsória.
- 9.46. Quando da realização dos serviços de manutenção houver a necessidade de remoção dos equipamentos para reparo no Centro Técnico da Contratada, os respectivos deverão ser provisoriamente substituídos por um equivalente, visando a continuidade de funcionamento do sistema.
- 9.47. Quando da realização das inspeções sistemáticas ou por ocasião do chamado de suporte técnico, a Contratada verificar a necessidade de substituição de peças, visando manter o bom funcionamento do sistema, a própria deverá apresentar relatório à Contratante, discriminando a necessidade.

Dos Insumos e substituição de peças/componentes

- 9.48. A Contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo, tais como: fios, cabos, conectores, ferramentas, lubrificantes, soldas, produtos de limpeza, parafusos, etc. necessários à limpeza, conservação e realocação dos equipamentos, cuja manutenção seja objeto desta licitação.
- 9.49. Será responsabilidade da Contratada, às suas expensas, o fornecimento de materiais, peças e/ou componentes de reposição, ou seja, aqueles que atendem aos seguintes critérios: desgaste por uso continuado, simplicidade de substituição e necessidade de imediata reposição, sob risco de paralisação e/ou insegurança do sistema.
- 9.50. Havendo substituição de peças defeituosas ou inadequadas, o novo componente deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses



- 9.51. As peças, partes destas, componentes e outros materiais necessários devem ser originais, admitindo-se a substituição por similar de boa qualidade, apenas quando não visar a redução de custos e com justificativa prévia e fundamentada, aceita pelo fiscal do contrato.
- 9.52. O fiscal do contrato poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da procedência original das peças, parte destas, componentes e outros materiais necessários, inclusive com apresentação de notas fiscais e com restituição das peças substituídas.
- 9.53. A critério da Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais e/ou peças substituídas ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.
- 9.54. Quando houver necessidade de deslocamento da plataforma ou de partes/peças desta do local onde estiver instalada para realizar o reparo, o transporte e as demais despesas decorrentes correrão por conta e ônus exclusivamente da CONTRATADA.
- 9.55. As peças que eventualmente precisem ser trocadas serão custeadas pela CONTRATANTE, mediante procedimento abaixo descrito a ser seguido pela CONTRATADA:
- 9.55.1. Depois de verificada pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE a necessidade de substituição de peças, aquela deverá emitir relatório circunstanciado, especificando o defeito apresentado e a(s) peça(s) que necessita(m) ser substituída(s);
- 9.55.2. A CONTRATADA enviará ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a "Proposta de Preço" da peça a ser trocada e utilizada no serviço, contendo o valor da peça;
- 9.55.3. A Proposta de Preço deverá conter no mínimo, as seguintes informações:
- 9.55.3.1. Nome da Empresa, endereço completo, telefone e nome do preposto para contato;
- 9.55.3.2. Cidade;
- 9.55.3.3. Data;
- 9.55.3.4. Endereçada à: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE (Att: coordenadoria de Infraestrutura e Apolo Logístico);
- 9.55.3.5. Assunto: Proposta de Preço para fornecimento/substituição de peça(s);
- 9.55.3.6. Proposta/ Orçamento n°;
- 9.55.3.7. Descrição da(s) peça(s) a ser fornecida(s); -Identificação do(s) local(is) onde a(s) peça(s) será(ão) instalada(s)/substituída(s);
- 9.55.3.8. Justificativa para a reposição/substituição da(s) peça(s);
- 9.55.3.9. Método/Equipamento utilizado para a verificação/comprovação do defeito de cada peça, para fins de justificar a reposição/substituição;
- 9.55.3.10. Composição de preço para o fornecimento da(s) peça(s):
- 9.55.3.10.1. Discriminação;
- 9.55.3.10.2. Quantidade;
- 9.55.3.10.3. Preço unitário;
- 9.55.3.10.4. Subtotal;
- 9.55.3.10.5. Custo com frete;
- 9.55.3.10.6. ICMS;
- 9.55.3.10.7. Custo da emissão da Nota Fiscal;
- 9.55.3.10.8. Valor total;
- 9.55.3.11. Forma de pagamento;
- 9.55.3.12. Prazo de entrega;
- 9.55.3.13. Prazo para substituição da(s) peça(s);



- 9.55.3.14. Justificativa para o prazo de substituição da(s) peça(s);
 - 9.55.3.15. Garantia (especificar);
 - 9.55.3.16. Validade da proposta;
 - 9.55.3.17. Assinatura do representante da firma, com nome legível, função e telefone para contato;
 - 9.55.3.18. Local reservado para "Aprovação do responsável";
 - 9.55.3.19. Local reservado para "Justificativa para aprovação do orçamento".
- 9.56. Os preços das peças oferecidas pela CONTRATADA deverão estar de acordo com o praticado no mercado, para que possa haver a autorização da substituição da peça e o respectivo pagamento pela CONTRATANTE;
- 9.57. A verificação será realizada pela Administração, por meio de, no mínimo, 3 (três) amostras de preços. A metodologia de cálculo será definida pela Administração, conforme as peculiaridades do caso concreto.
- 9.57.1. Caso o contratado se recuse a fornecer a peça pelo valor estipulado conforme os critérios acima, a Administração poderá:
 - 9.57.1.1. Adquirir diretamente o item necessário, com retenção do valor correspondente no contrato;
 - 9.57.1.2. Aplicar as sanções previstas contratualmente e na legislação pertinente, por inexecução parcial do objeto.
- 9.58. As peças deverão ser entregues no menor tempo possível após autorização da CONTRATANTE. Não havendo possibilidade de atendimento dentro do prazo estipulado, a CONTRATADA deverá justificar o atraso e informar o novo prazo, que deverá ser analisado pela CONTRATANTE para anuência ou não.

Da Apresentação de Relatórios Técnicos

- 9.59. A Contratada deverá apresentar à Contratante juntamente com a nota fiscal, relatório mensal dos serviços, assinado pelo responsável técnico da empresa.
- 9.60. Deverá constar no relatório mensal o descritivo das ocorrências e rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre peças substituídas com fotografias das peças danificadas que forem substituídas, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos.

Das Obrigações e Serviços Gerais

- 9.61. A CONTRATADA será responsável pelos serviços, reposição de peças e mão-de-obra para a solução integral dos defeitos provenientes de todas as manutenções realizadas nos equipamentos relacionados ao objeto;
- 9.62. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- 9.63. Os profissionais designados pela CONTRATADA para execução dos serviços deverão apresentar-se à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação. Como uniforme completo considera-se o conjunto de calça, camisa e calçado com solado de borracha, em condições de perfeito isolamento.



9.64. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todo ferramental, equipamentos e instrumentação necessários à realização dos serviços básicos de manutenção preventiva e corretiva, mantidos em pleno estado de conservação e operação;

9.64.1. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de peças, materiais e componentes para o perfeito funcionamento dos elevadores, inclusive os materiais de consumo de primeira qualidade que são utilizados pelos empregados na manutenção tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza do aço inox das cabinas, lâmpadas e reatores, estopas, panos, parafusos, arruelas, pregos, óleos e outros necessários à execução dos serviços;

9.65. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas será indicado pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para este fim perfeitamente limpa e organizada;

9.66. A substituição de peças e ou componentes durante a manutenção corretiva deverá ser comunicada formalmente ao Fiscais de Contrato responsáveis, contendo no comunicado o motivo da substituição e as providências que se fizeram cabíveis;

Condições de entrega e recebimento:

9.67. O recebimento provisório dos serviços será formalizado mediante relatório técnico, assinado pelo fiscal do contrato, contendo descrição detalhada das atividades executadas, substituições realizadas e condições de operação dos equipamentos;

9.68. O recebimento definitivo será efetuado após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais e da apresentação de toda a documentação técnica e relatórios de manutenção pertinentes.

Prazos e condições para substituição ou refazimento

9.69. Em caso de identificação de defeitos ou falhas decorrentes da má execução dos serviços, a contratada deverá corrigir ou substituir os componentes afetados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação formal da fiscalização.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL PARA AMBOS OS LOTES (Inciso IX do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

10.1. A ALRN editou a Resolução nº 07 de 21 de março de 2023, a qual dispõe sobre a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, instituindo o rito procedimental de apuração de responsabilidade de eventuais infrações praticadas por licitantes ou contratados, e regulamenta as competências para aplicação das sanções administrativas, que será aplicada nos casos cabíveis, conforme prescrições abaixo elencadas.

10.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- A) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- B) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) dar causa à inexecução total do contrato;



- D) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - E) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - F) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - G) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - H) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - I) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - J) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - K) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - L) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.3. O fornecedor que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, seja licitante ou contratado, nos casos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa, estará sujeito às seguintes penalidades:

I. advertência

- A) Nos casos em que este der causa à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave, determinando que seja sanada a impropriedade e notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

II. multa

- A) por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.
- B) multa poderá ser aplicada respeitando os seguintes percentuais:
 - a. de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da proposta, nos casos em que a licitante deixar de apresentar a documentação exigida pelo certame;
 - b. de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante não mantiver a sua proposta ou deixar de celebrar o contrato no prazo de validade da proposta;
 - c. de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante apresentar documento falso ou em caso de recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - d. de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta no caso em que a licitante cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo no âmbito da licitação.
- C) No âmbito do contrato e aditamentos, a sanção de multa poderá ser de caráter:
 - a. moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, conforme previsto em termo de referência, projeto básico, edital ou contrato, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
 - b. compensatório, quando serão aplicados os seguintes percentuais:



- i. de 10% (dez por cento), em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada de forma proporcional sobre a parte inadimplida;
- ii. de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto.

III. impedimento de licitar e contratar

- A) Os licitantes ou contratados poderão ser impedidos de licitar e contratar no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato, bem como das demais cominações legais, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo imposta àquele que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b. der causa à inexecução total do contrato;
 - c. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV. declaração de inidoneidade de licitar e contratar

- A) A declaração de inidoneidade impossibilita o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta em todos os níveis federativos, precedida de análise jurídica, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens “a” a “f” do inciso anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento, bem como àquele que:
- a. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.4. As penalidades previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas conjuntamente com o inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, especificando as provas que pretenda produzir.

10.5. Na aplicação das sanções administrativas de que trata este item, a autoridade administrativa levará em conta a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para



a Administração Pública, a culpabilidade do infrator, a intensidade do dano provocado e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

11. FORMA DE PAGAMENTO PARA AMBOS OS LOTES (Inciso XI do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Prazo de pagamento

11.1. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis a contar do atesto da Nota Fiscal, contados da apresentação da fatura, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de executado o objeto por meio de depósito em conta corrente, mediante ordem bancária.

11.2. A nota fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.493.371/0001-64.

11.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à contratada e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

12. CONDIÇÕES DE REAJUSTE PARA AMBOS OS LOTES (Inciso XII do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

Condições de Reajuste para Serviço Continuado

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPC-A, ou outro índice oficial que venha a ser utilizado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços de valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

13. VALOR ESTIMADO PARA AMBOS OS LOTES (Inciso XIX do Art. 2º do Anexo V do Ato de Mesa 2531/2023)

13.1. O custo estimado total da contratação é aquele apresentado conforme pesquisa realizada pelo Núcleo Operacional de Apoio e Pesquisa.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **INACIO ARAUJO FREIRE NETO**, em 06/03/2026, às 11:39.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **ALISSON ALVES RIBEIRO**, em 06/03/2026, às 11:39.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **THALES EFIGENIO DA SILVA CARVALHO**, em 06/03/2026, às 11:40.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **ISAAC BATISTA DOS SANTOS**, em 06/03/2026, às 11:41.



LEGISPAD
Sistema de Processo
Administrativo Digital

Documento assinado eletronicamente por **ERICK GUSTAVO DE OLIVEIRA CAMPOS**, em 06/03/2026, às 12:00.



A autenticidade do documento pode ser conferida em <https://legispad.al.rn.leg.br/publico/autenticacao-documento>, informando o identificador do documento **365345** e o código de acesso **795932A2**



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Usar papel timbrado da empresa)

PREGÃO Nº. */2025 – AL/RN**

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que, no certame licitatório em epígrafe, atende ao art. 14¹, IV, da Lei 14.133/22, por:

- 1.** Inexistir em sua composição integrantes com impedimento em participar em Licitações e Contratos Administrativos ou qualquer infringência aos princípios do *caput* D Art. 37² da Constituição Federal de 1988;
- 2.** Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja agente político do Poder Legislativo ou entidade contratante, ocupantes de cargos de Direção, Chefia ou responsável pela licitação;
- 3.** Não possuir em seu quadro societário, ou funcional que detenha poder decisório (gerentes ou diretores), integrante que seja conjugue, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

() Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, abaixo identificado(s):

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura
Representante legal

¹ Art. 14, IV: *Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação*²

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CONTRATO Nº XXX/2026

PAD nº 8498/2025-15

RESUMO



CONTRATANTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ nº 08.493.371/0001-64

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX



OBJETO

Manutenção preventiva e corretiva de Plataformas de Acessibilidade e Elevadores, incluindo o fornecimento e a substituição de peças.



ENTREGA

Forma – Única.

Prazo – 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

Local – Determinado pelo setor demandante.



VALOR TOTAL

R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

REAJUSTE

Índice (X) IPCA () INPC () INCC () IGPM

Período – A cada 12 meses, a contar de XX/XX/202X (data da proposta).

PAGAMENTO



Forma – Ordem bancária.

Prazo – 20 dias úteis, a contar do atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal.

GARANTIA

Espécie ☒ Execução () Objeto ☒ Contratual.

FISCALIZAÇÃO

LOTE 1:

Fiscal Titular – *Silvio Rodrigues dos Santos* – Matrícula – 154785-2.

Fiscal Substituto – *João Renato Ribeiro Capistrano de Oliveira* – Matrícula – 201909-4.

Telefone: (84) 3132- 0061 e e-mail: cial@al.rn.leg.br

LOTE 2:

Fiscal Titular – *Isaac Batitsta dos Santos* – Matrícula – 202932-4.

Fiscal Substituto – *Rodrigo Eufrásio Dantas* – Matrícula – 208227-6.

Telefone: (84) 3132- 0061 e e-mail: cial@al.rn.leg.br



PREPOSTO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone: (XX) XXXXX-XXXX

E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



VIGÊNCIA

Prazo – 12 meses.

Início – XX/XX/202X.

Fim – XX/XX/202X.

CONTRATO Nº XX/202X

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.493.371/0001-64, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, à Praça Sete de Setembro, s/n, Cidade Alta, representada neste ato por seu Presidente, **DEPUTADO EZEQUIEL GALVÃO FERREIRA DE SOUZA**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 414.005.854-49, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cujos dados estão descritos no processo que originou a presente contratação, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 8498/2025-15, em observância às disposições da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, abrangendo plataformas de acessibilidade (Lote 1) e elevadores (Lote 2), incluindo o fornecimento e a substituição de peças, nos termos da tabela abaixo, conforme exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. **LOTE 1 – Plataformas de Acessibilidade:**

Item	Especificações do objeto	Quantidade de plataformas	Unidade de medida	Número total de manutenções mensais	Número total de manutenções anuais
1	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventivas de plataformas de acessibilidade - periodicidade mensal.	6	SERVIÇO	6 (uma para cada plataforma)	72
2	Pintura com tratamento	6	SERVIÇO	Não há	6 (uma para

	anticorrosivo das plataformas e da estrutura autoportante – periodicidade anual.				cada plataforma)
3	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva de plataformas de acessibilidade e atendimento de emergência .	6	HORA	50h (máximo em horas estimadas para manutenções corretivas por ano)	
4	Fornecimento e reposição de peças conforme a necessidade.	6	SALDO R\$	R\$ 40.875,00 (valor máximo estimado por ano)	
*Ressalta-se que os valores das manutenções corretivas, atendimento de emergência e reposição de peças só serão pagos quando efetivamente utilizado parte do saldo pela ALRN.					

1.3. **LOTE 2 – Elevadores:**

Item	Especificações do objeto	Quantidade de elevadores	Unidade de medida	Número total de manutenções mensais	Número total de manutenções anuais
1	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventivas de elevadores - modelos descritos no item 1.5.	4	SERVIÇO	4 (uma para cada elevador)	48
2	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva de elevadores – modelos descritos no item 1.5.	4	HORA	131 (máximo em horas estimadas para manutenções corretivas por ano)	
3	Fornecimento e reposição de peças conforme a necessidade.	4	SALDO R\$	R\$ 44.046,66 (valor máximo estimado por ano)	
*Ressalta-se que os valores das manutenções corretivas, atendimento de emergência e reposição de peças só serão pagos quando efetivamente utilizado parte do saldo pela ALRN.					

1.4. **Especificações técnicas das plataformas:**

Marca e Modelo	Quantidade	Localização
Plataforma de acessibilidade PNE, marca Ortobrás, comando automático, com três paradas, enclausuramento autoportante.	1	Prédio Sede, Palácio José Augusto, Praça Sete de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN – Setor de Saúde.
Plataforma de acessibilidade PNE, montada pela Elite e equipamentos e serviços LTDA, de comando automático, enclausuramento autoportante.	1	Escola da Assembleia, Rua Açu, nº426, Tirol, Natal/RN.
Plataforma Montada de Percurso Vertical com Capacidade de 250 Kg Com Cabine de 0,90 X 1,40 M,	1	Memorial do Legislativo Potiguar – Avenida Câmara Cascudo, 398 – Cidade Alta,

confeccionada Em Aço Inox Com Porta de Vidro Temperado 10mm, Barreira Eletrônica, Piso Tátil, Teto Em Mdf Com Luminária E De Modelo Duas Paradas (6 Metros Por Minuto).		Natal – RN, 59025-280.
Plataforma elevatória da Industrial Elevadores, suporta até 3 pessoas ou 264kg. Avança um pavimento por vez a cada toque no botão.	1	Museu Café Filho - Rua da Conceição, 601, Cidade Alta - Natal – RN.
EASY VERTICAL - Plataforma Vertical; modelo VEH 20; capacidade 275 kg; VELOCIDADE 6 m/min; Tipo de Instalação: Interna (Abrigada); Paradas: 2; Entrada/Saída: Opostas - 180 Graus; Desnível Vertical: 1600 (mm); Acionamento: Hidráulico Oleodinâmico (Relação 2:1); Operação: Motor Elétrico; Enclausuramento: O Enclausuramento consiste em uma caixa de corrida que revestirá externamente por completo o equipamento. Material do Enclausuramento: Vidro Laminado; Fornecimento do Enclausuramento: A Vendedora confeccionará o enclausuramento da Plataforma; Dimensões da Base: 900 x 1400 mm; Pavimento(s) Superior(es): uma Porta com altura de 2000 mm (desn. maior que 2,0 m) ou um Portão com altura de 1100 mm (desn. até 2,0 m) com Travamento Eletromecânico; Pavimento(s) Inferior(es): uma Porta com altura de 2000 mm e Travamento Eletromecânico; Botoeiras: Controle de Chamadas no interior do equipamento e nos pavimentos através de botões com acionamento por Pressão Constante; Cor do equipamento/ Acabamento: Eletrostática Texturizada Cinza; Alimentação p/ Equip. / Frequência: 220V / 60 Hz.	1	Anexo da Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN.
Linha: EASY VERTICAL - Plataforma Vertical Modelo: VEH 35 Capacidade de Carga: 275Kg Velocidade: 6 m/min Tipo de Instalação: Interna (Abrigada) Paradas: 3; Entrada/Saída: Opostas - 180 Graus Desnível Vertical: 3200 (mm) Acionamento: Hidráulico Oleodinâmico (Relação 2:1) Operação: Motor Elétrico Enclausuramento: O Enclausuramento consiste em uma caixa de corrida que revestirá externamente por completo o equipamento. Material do Enclausuramento: Alvenaria pelo Cliente Fornecimento do Enclausuramento: O Comprador deverá confeccionar o enclausuramento em Alvenaria de tal forma que exista espaço disponível para a entrada da torre de acionamento e seu posicionamento no interior deste espaço conforme indicado no Projeto Executivo fornecido pela vendedora. Dimensões da Base: 900 x 1400 mm Cabina Alta com Ventilador embutido no teto e Iluminação Emergência Pavimento(s) Superior(es): uma Porta com altura de 2000 mm (desn. maior que 2,0 m) ou um Portão com altura de 1100 mm (desn. até 2,0 m) com Travamento Eletromecânico Pavimento(s) Inferior(es): uma Porta com altura de 2000 mm e Travamento Eletromecânico Botoeiras: Controle de Chamadas no interior do equipamento e nos pavimentos através de botões com acionamento por Pressão Constante Cor do equipamento/ Acabamento: Eletrostática Texturizada Cinza Alimentação p/ Equip. / Frequência: 220V / 60 Hz.	1	Anexo da Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN.

1.5. **Especificações técnicas dos elevadores:**

Marca e Modelo	Quantidade	Localização
Elevador marca Atlas Schindler S/A, modelo EEL 1341995	1	Prédio Sede, Palácio José Augusto, Praça Sete de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN – Setor de Saúde.
Elevador marca Atlas Schindler S/A, modelo EEL 1341987	1	Prédio Sede, Palácio José Augusto, Praça Sete de Setembro, s/nº, Cidade Alta, Natal/RN – Setor de Saúde.
Elevador marca Atlas Schindler S/A, Modelo Navona 11832881	1	Anexo da Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN.
Elevador marca Atlas Schindler S/A, Modelo Navona 11832887	1	Anexo da Rua Vigário Bartolomeu 630 – FT – Cidade Alta/ Área Urbana – 59025-100- Natal/RN.

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO

2.1. Conforme artigo 92, II da Lei nº 14.133/2021 as partes declaram que se vinculam ao Edital do Pregão Eletrônico nº **XX/2026**, assim como ao Termo de Referência e à proposta da CONTRATADA.

2.2. Aplicam-se ao presente contrato os preceitos da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Processo nº 8498/2025-15, que precedeu e deu origem a este instrumento.

2.3. Integram o contrato, independentemente de transcrição:

- I – Termo de Referência/Projeto Básico (o que couber);
- II – ARP (se for o caso);
- III – Proposta comercial da CONTRATADA;
- IV – Empenho;
- V – Edital/Instrumento de Contratação Direta (o que couber).

2.4. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e do Ato da Mesa nº 2531/2023, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo para o início da execução do objeto será de 5 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

3.2. **LOTE 1 – PLATAFORMAS DE ACESSIBILIDADE:**

3.2.1. DEFINIÇÕES:

3.2.1.1. **Manutenção Preventiva:** todas as tarefas programadas para preservar o equipamento e a segurança de seus usuários, e conservar e prevenir possíveis problemas de funcionamento do equipamento, subsistemas e componentes, efetuadas periodicamente por inspeções sistemáticas, avaliação e análise dos elementos e do conjunto, que proponham medidas necessárias para que se evitem falhas com procedimentos e normas técnicas adequados para cada situação.

3.2.1.2. **Manutenção Corretiva:** todas as ações e medidas não programadas destinadas a manter a integridade do equipamento, a segurança dos usuários e corrigir problemas de funcionamento no equipamento, nos seus subsistemas e componentes, de forma a recolocá-lo em perfeitas condições de operação, fazendo os reparos necessários, com procedimentos e normas técnicas adequadas.

3.2.1.3. **Atendimento de Emergência:** o atendimento de emergência é aquele destinado a atender chamados para liberar pessoas retidas em cabinas e/ou para casos de acidentes.

3.2.2. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

3.2.2.1. A Contratada deverá entregar para análise do fiscal da Contratante no ato de assinatura do contrato o Plano de Manutenção Preventiva onde constarão todas as atividades a serem realizadas e a sua periodicidade atendendo normas técnicas e legislação pertinentes.

3.2.2.2. As manutenções preventivas serão executadas mensalmente, atendendo o Plano de Manutenção Preventiva acordado entre as partes.

3.2.2.3. O horário dos serviços a serem realizados é das 08:00h às 14:00 horas em dias úteis (de segunda a sexta-feira).

3.2.2.4. Na Manutenção Preventiva deverão ser realizadas todas as inspeções e os serviços técnicos necessários, conforme a definição no item 9.1, destacando os seguintes procedimentos:

- a) Inspeção minuciosa de peças e componentes, tais como sensores, cabos amortecedores de porta, correntes, máquinas de tração, rolamento do motor, freios, limitador de velocidade, painéis de comando,

- seletor, chaves e contadoras, microprocessadores, guias, fixadores, armação de contrapeso, correias, operadores de portas e inversores;
- b) Limpeza do equipamento;
 - c) Lubrificação;
 - d) Regulagem;
 - e) Ajuste geral;
 - f) Pintura anticorrosiva.
 - g) Inspeccionar todo o sistema para averiguação de irregularidades;
 - h) Examinar todos os dispositivos de segurança;
 - i) Verificar as condições dos freios;
 - j) Verificar as condições dos botões de chamada, botoeiras, e lâmpadas indicadoras;
 - k) Verificar a partida, parada e nivelamento da plataforma;
 - l) Realizar a lubrificação de polias, cabos, etc;
 - m) Conferir os sistemas elétrico, eletrônico e hidráulico, verificar o nível do óleo;
 - n) Executar todos os testes e ensaios, sobretudo os de segurança, exigidos pelas normas e legislação pertinentes;
 - o) Verificar se todos os componentes estão limpos e secos, inclusive o poço, proceder a limpeza e impermeabilização;
 - p) Verificar a condição de ajuste e de desgaste de componentes;
 - q) Prevenir e corrigir a ocorrência de corrosão;
 - r) A lista de atividades descritas aqui não é exaustiva, portanto, não exclui qualquer outra que se mostre necessária a operação, segurança pessoal e conservação do equipamento.

3.2.3. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

3.2.3.1. A Manutenção Corretiva será realizada no equipamento quando apresentar defeitos, mediante chamado técnico por parte da Contratante.

3.2.3.2. Para a manutenção corretiva, será considerado o início do atendimento a partir da chegada do técnico ao local onde está instalada a plataforma, que não poderá exceder a 2 (duas) horas da comunicação do defeito pela CONTRATANTE à CONTRATADA. Caso o defeito seja constatado pela CONTRATADA, será considerado de imediato o início do atendimento.

3.2.3.3. O término do reparo, com disponibilização do equipamento para uso em perfeitas condições, não poderá exceder a 48 (quarenta e oito) horas do início do atendimento.

3.2.3.4. Assim que equipe de manutenção chegar ao local do equipamento deverá sanar os defeitos de menor gravidade e sem reposição de peças, ou

para serviços de maior gravidade realizar o diagnóstico completo, avaliar a necessidade de reposição de peças/componentes.

3.2.3.5. Para a substituição de peças e componentes, a Contratada deverá apresentar ao fiscal, em até 24 (vinte e quatro) horas laudo técnico justificando a troca.

3.2.3.6. Após a substituição, a Contratada deverá realizar a destinação (descarte) adequada das peças e componentes substituídos.

3.2.4. DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA:

3.2.4.1. A Contratada deverá dispor de equipe para atendimento de emergência 24 horas/dia inclusive sábados, domingos e feriados.

3.2.4.2. Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, independente do dia e do horário, o prazo máximo de atendimento, após abertura do chamado, deverá ser de até 30 (trinta) minutos.

3.2.5. DO FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS:

3.2.5.1. As peças, partes destas, componentes e outros materiais necessários devem ser originais, admitindo-se a substituição por similar de boa qualidade, apenas quando não visar a redução de custos e com justificativa prévia e fundamentada, aceita pelo fiscal do contrato.

3.2.5.2. O fiscal do contrato poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da procedência original das peças, parte destas, componentes e outros materiais necessários, inclusive com apresentação de notas fiscais e com restituição das peças substituídas.

3.2.5.3. A critério da Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais e/ou peças substituídas ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

3.2.5.4. Quando houver necessidade de deslocamento da plataforma ou de partes/peças desta do local onde estiver instalada para realizar o reparo, o transporte e as demais despesas decorrentes correrão por conta e ônus exclusivamente da CONTRATADA.

3.2.5.5. As peças que eventualmente precisem ser trocadas serão custeadas pela CONTRATANTE, mediante procedimento abaixo descrito a ser seguido pela CONTRATADA:

- I) Depois de verificada pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE a necessidade de substituição de peças, aquela deverá emitir relatório circunstanciado, especificando o defeito apresentado e a(s) peça(s) que necessita(m) ser substituída(s);

II) A CONTRATADA enviará ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a "Proposta de Preço" da peça a ser trocada e utilizada no serviço, contendo o valor da peça;

III) A Proposta de Preço deverá conter no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome da Empresa, endereço completo, telefone e nome do preposto para contato;
- b) Cidade;
- c) Data;
- d) Endereçada à: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE (Att: coordenadoria de Infraestrutura e Apolo Logístico)
- e) Assunto: Proposta de Preço para fornecimento/substituição de peça(s);
- f) Proposta/ Orçamento nº;
- g) Descrição da(s) peça(s) a ser fornecida(s); -Identificação do(s) local(is) onde a(s) peça(s) será(ão) instalada(s)/substituída(s);
- h) Justificativa para a reposição/substituição da(s) peça(s);
- i) Método/Equipamento utilizado para a verificação/comprovação do defeito de cada peça, para fins de justificar a reposição/substituição;
- j) Composição de preço para o fornecimento da(s) peça(s);
- k) Discriminação;
- l) Quantidade;
- m) Preço unitário;
- n) Subtotal;
- o) Custo com frete;
- p) ICMS;
- q) Custo da emissão da Nota Fiscal;
- r) Valor total;
- s) Forma de pagamento;
- t) Prazo de entrega;
- u) Prazo para substituição da(s) peça(s);
- v) Justificativa para o prazo de substituição da(s) peça(s);
- w) Garantia (especificar);
- x) Validade da proposta;
- y) Assinatura do representante da firma, com nome legível, função e telefone para contato;
- z) Local reservado para "Aprovação do responsável",
- aa) Local reservado para "Justificativa para aprovação do orçamento".

3.2.5.6. Os preços das peças oferecidas pela CONTRATADA deverão estar de acordo com o praticado no mercado, para que possa haver a autorização da substituição da peça e o respectivo pagamento pela CONTRATANTE; A verificação será realizada pela Administração, por meio de, no mínimo, 3 (três) amostras de preços. A metodologia de cálculo será definida pela Administração, conforme as peculiaridades do caso concreto.

3.2.5.7. Caso o contratado se recuse a fornecer a peça pelo valor estipulado conforme os critérios acima, a Administração poderá:

- a) Adquirir diretamente o item necessário, com retenção do valor correspondente no contrato;
- b) Aplicar as sanções previstas contratualmente e na legislação pertinente, por inexecução parcial do objeto.

3.2.5.8. As peças deverão ser entregues no menor tempo possível após autorização da CONTRATANTE. Não havendo possibilidade de atendimento dentro do prazo estipulado, a CONTRATADA deverá justificar o atraso e informar o novo prazo, que deverá ser analisado pela CONTRATANTE para anuência ou não.

3.3. LOTE 2 - ELEVADORES:

3.3.1. A contratação abrangerá a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes originais, de modo a assegurar o funcionamento pleno e seguro dos quatro elevadores da Casa Legislativa.

3.3.2. A Contratada deverá fornecer à Contratante as formas de contato para chamadas de atendimento, tais como endereços eletrônicos, números de telefones celulares, inclusive os contatos do Engenheiro Supervisor, mantendo-os atualizado.

3.3.3. A Contratada deverá emitir Relatório de Serviços de Manutenção mensalmente identificando os serviços realizados e materiais substituídos, informando as datas e os profissionais, compatível com a discriminação da Nota Fiscal/Fatura.

3.3.4. A Contratada deverá solicitar ao fiscal autorização para retirada de peças e componentes dos sistemas para manutenção fora do local de instalação do equipamento.

3.3.5. A Contratada deverá sinalizar adequadamente o equipamento, restringindo o uso, durante o período de manutenção para a segurança de usuários e terceiros.

3.3.6. A Contratada deverá manter o local limpo e organizado durante e após os serviços.

3.3.7. A CONTRATADA deverá estabelecer com a Administração a melhor estratégia de desligamento quando a manutenção for feita em vários equipamentos.

3.3.8. SERVIÇOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

3.3.8.1. O horário dos serviços a serem realizados é das 8h às 17h em dias úteis (de segunda a sexta-feira).

3.3.8.2. As inspeções e as manutenções deverão ser realizadas mensalmente e, para tanto, deverá produzir relatório circunstanciado das condições dos elevadores, sendo apontados quaisquer tipos de anomalias detectadas, bem como a necessidade de substituição de peças e componentes.

3.3.8.3. A contratada deverá elaborar o cronograma de Manutenções, baseando-se nos manuais do fabricante e nas melhores práticas relativas ao objeto contratado, que deverá ser submetida à aprovação pelo fiscal do contrato.

3.3.8.4. Cabe à CONTRATADA efetuar mensalmente os serviços de manutenção preventiva nos equipamentos, efetuando a inspeção, limpeza, lubrificação, regulagem, ajustagem e reparos, em todos os seus componentes, sejam eles mecânicos, eletroeletrônicos ou eletrônicos, localizados na casa de máquinas, caixa de corrida, poço (inclusive limpeza do poço), cabine e pavimentos, conforme necessidade técnica e de acordo com os relatórios produzidos conforme o item anterior.

3.3.8.5. O serviço de manutenção preventiva consiste em, mas não se limitam:

I) Mensalmente:

- a) Verificar ruídos e vibrações anormais;
- b) Limpeza externa ou interna, considerando o perfeito funcionamento da máquina;
- c) Medir e registrar tensão elétrica na alimentação do motor;
- d) Efetuar reaperto de parafusos, molas e outros;
- e) Verificar estado de fiação, terminais e conatos elétricos;
- f) Verificar a vedação do painel e demais locais onde há riscos de choque elétrico;
- g) Verificar lubrificação dos equipamentos que têm necessidade de serem lubrificados;
- h) Verificar dispositivos de segurança;
- i) Realizar qualquer outro serviço relacionado com a manutenção preventiva dos equipamentos.

II) Trimestralmente:

- a) Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão;
- b) Verificar as instalações prediais que comportam o elevador e relatar sua situação ao fiscal de contratos, por meio de relatório;
- c) Fazer um levantamento geral do funcionamento do elevador com base nas visitas mensais.

3.3.9. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

3.3.9.1. Para os serviços de manutenção corretiva ou emergencial, compete à contratada substituir ou consertar componentes mecânicos e eletroeletrônicos necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais de segurança e funcionamento e executar, sempre que necessário, as substituições de peças e componentes.

3.3.9.2. O serviço de suporte técnico será prestado da seguinte forma:

- a) O suporte técnico deverá ser prestado “in loco”;
- b) O suporte técnico deverá ser realizado no formato 24/7/365(vinte e quatro horas, sete dias na semana, trezentos e sessenta e cinco dias no ano;
- c) Em caso de abertura de chamado de suporte técnico, deverá ser realizado por meio de contato telefônico disponibilizado pela Contratada, devendo ser atendido em até 48 (quarenta e oito) horas. Em caso de ser um problema de urgência elevada, a Contratada deverá atender o serviço em até 4 (quatro) horas.
- d) Ao término do atendimento de suporte técnico, o funcionário da Contratada deverá entregar ao representante da Contratante, servidor que acompanhará o atendimento do suporte técnico, cópia de ordem de serviço, discriminando o horário da abertura do chamado, horário de chegada ao local, horário de término da visita e discriminação do serviço realizado, o qual será assinado pelo funcionário da Contratada e pelo servidor responsável.

3.3.9.3. O serviço de Manutenção Corretiva consiste na solução de eventuais problemas, danos ou defeitos, bem como dos que venham a ocorrer durante a execução do contrato, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos, constituindo a reparação de defeitos e danos, substituição de peças e componentes, devendo ser prestado da seguinte forma:

3.3.9.4. A Contratada atenderá as solicitações da Contratante, podendo ser realizada em quaisquer horários, incluindo sábado, domingo e feriados, quando houver paralisação por quebra de equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças e componentes ou para a correção de defeitos detectados durante a

manutenção preventiva ou que venham a prejudicar o funcionamento dos equipamentos.

3.3.9.5. O serviço será executado no local onde o equipamento encontra-se instalado. Exceto nos casos que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo até a oficina da Contratada, quando será necessária a autorização da Contratante, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para a Contratante. Isto somente deve ocorrer em casos com determinação técnica compulsória.

3.3.9.6. Quando da realização dos serviços de manutenção houver a necessidade de remoção dos equipamentos para reparo no Centro Técnico da Contratada, os respectivos deverão ser provisoriamente substituídos por um equivalente, visando a continuidade de funcionamento do sistema.

3.3.9.7. Quando da realização das inspeções sistemáticas ou por ocasião do chamado de suporte técnico, a Contratada verificar a necessidade de substituição de peças, visando manter o bom funcionamento do sistema, a própria deverá apresentar relatório à Contratante, discriminando a necessidade.

3.3.10. DOS INSUMOS E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS/COMPONENTES:

3.3.10.1. A Contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo, tais como: fios, cabos, conectores, ferramentas, lubrificantes, soldas, produtos de limpeza, parafusos, etc. necessários à limpeza, conservação e realocação dos equipamentos, cuja manutenção seja objeto desta licitação.

3.3.10.2. Será responsabilidade da Contratada, às suas expensas, o fornecimento de materiais, peças e/ou componentes de reposição, ou seja, aqueles que atendem aos seguintes critérios: desgaste por uso continuado, simplicidade de substituição e necessidade de imediata reposição, sob risco de paralisação e/ou insegurança do sistema.

3.3.10.3. Havendo substituição de peças defeituosas ou inadequadas, o novo componente deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses.

3.3.10.4. As peças, partes destas, componentes e outros materiais necessários devem ser originais, admitindo-se a substituição por similar de boa qualidade, apenas quando não visar a redução de custos e com justificativa prévia e fundamentada, aceita pelo fiscal do contrato.

3.3.10.5. O fiscal do contrato poderá exigir da CONTRATADA a comprovação da procedência original das peças, parte destas, componentes e outros materiais necessários, inclusive com apresentação de notas fiscais e com restituição das peças substituídas.

3.3.10.6. A critério da Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais e/ou peças substituídas ou, antes, solicitar ou aguardar autorização

prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

3.3.10.7. Quando houver necessidade de deslocamento da plataforma ou de partes/peças desta do local onde estiver instalada para realizar o reparo, o transporte e as demais despesas decorrentes correrão por conta e ônus exclusivamente da CONTRATADA.

3.3.10.8. As peças que eventualmente precisem ser trocadas serão custeadas pela CONTRATANTE, mediante procedimento abaixo descrito a ser seguido pela CONTRATADA:

- a) Depois de verificada pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE a necessidade de substituição de peças, aquela deverá emitir relatório circunstanciado, especificando o defeito apresentado e a(s) peça(s) que necessita(m) ser substituída(s);
- b) A CONTRATADA enviará ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a "Proposta de Preço" da peça a ser trocada e utilizada no serviço, contendo o valor da peça;
- c) A Proposta de Preço deverá conter no mínimo, as seguintes informações:
 - I) Nome da Empresa, endereço completo, telefone e nome do preposto para contato;
 - II) Cidade;
 - III) Data;
 - IV) Endereçada à: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE (Att: coordenadoria de Infraestrutura e Apolo Logístico);
 - V) Assunto: Proposta de Preço para fornecimento/substituição de peça(s);
 - VI) Proposta/ Orçamento nº;
 - VII) Descrição da(s) peça(s) a ser fornecida(s); -Identificação do(s) local(is) onde a(s) peça(s) será(ão) instalada(s)/substituída(s);
 - VIII) Justificativa para a reposição/substituição da(s) peça(s);
 - IX) Método/Equipamento utilizado para a verificação/comprovação do defeito de cada peça, para fins de justificar a reposição/substituição;
 - X) Composição de preço para o fornecimento da(s) peça(s):
 - X.1) Discriminação;
 - X.2) Quantidade;
 - X.3) Preço unitário;
 - X.4) Subtotal;
 - X.5) Custo com frete;
 - X.6) ICMS;

- X.7) Custo da emissão da Nota Fiscal;
- X.8) Valor total.
- XI) Forma de pagamento;
- XII) Prazo de entrega;
- XIII) Prazo para substituição da(s) peça(s);
- XIV) Justificativa para o prazo de substituição da(s) peça(s);
- XV) Garantia (especificar);
- XVI) Validade da proposta;
- XVII) Assinatura do representante da firma, com nome legível, função e telefone para contato;
- XVIII) Local reservado para "Aprovação do responsável";
- XIX) Local reservado para "Justificativa para aprovação do orçamento".

3.3.10.9. Os preços das peças oferecidas pela CONTRATADA deverão estar de acordo com o praticado no mercado, para que possa haver a autorização da substituição da peça e o respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

3.3.10.10. A verificação será realizada pela Administração, por meio de, no mínimo, 3 (três) amostras de preços. A metodologia de cálculo será definida pela Administração, conforme as peculiaridades do caso concreto.

a) Caso o contratado se recuse a fornecer a peça pelo valor estipulado conforme os critérios acima, a Administração poderá:

- I) Adquirir diretamente o item necessário, com retenção do valor correspondente no contrato;
- II) Aplicar as sanções previstas contratualmente e na legislação pertinente, por inexecução parcial do objeto.

3.3.10.11. As peças deverão ser entregues no menor tempo possível após autorização da CONTRATANTE. Não havendo possibilidade de atendimento dentro do prazo estipulado, a CONTRATADA deverá justificar o atraso e informar o novo prazo, que deverá ser analisado pela CONTRATANTE para anuência ou não.

3.3.11. DA APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS:

3.3.11.1. A Contratada deverá apresentar à Contratante juntamente com a nota fiscal, relatório mensal dos serviços, assinado pelo responsável técnico da empresa.

3.3.11.2. Deverá constar no relatório mensal o descritivo das ocorrências e rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre peças substituídas com fotografias das peças danificadas que forem

substituídas, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos.

3.3.12. DAS OBRIGAÇÕES E SERVIÇOS GERAIS:

3.3.12.1. A CONTRATADA será responsável pelos serviços, reposição de peças e mão-de-obra para a solução integral dos defeitos provenientes de todas as manutenções realizadas nos equipamentos relacionados ao objeto.

3.3.12.2. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

3.3.12.3. Os profissionais designados pela CONTRATADA para execução dos serviços deverão apresentar-se à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação. Como uniforme completo considera-se o conjunto de calça, camisa e calçado com solado de borracha, em condições de perfeito isolamento.

3.3.12.4. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todo ferramental, equipamentos e instrumentação necessários à realização dos serviços básicos de manutenção preventiva e corretiva, mantidos em pleno estado de conservação e operação.

a) A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de peças, materiais e componentes para o perfeito funcionamento dos elevadores, inclusive os materiais de consumo de primeira qualidade que são utilizados pelos empregados na manutenção tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza do aço inox das cabinas, lâmpadas e reatores, estopas, panos, parafusos, arruelas, pregos, óleos e outros necessários à execução dos serviços;

3.3.12.5. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas será indicado pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para este fim perfeitamente limpa e organizada.

3.3.12.6. A substituição de peças e ou componentes durante a manutenção corretiva deverá ser comunicada formalmente ao Fiscais de Contrato responsáveis, contendo no comunicado o motivo da substituição e as providências que se fizeram cabíveis.

3.3.13. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA SUBSTITUIÇÃO OU REFAZIMENTO:

3.3.13.1. Em caso de identificação de defeitos ou falhas decorrentes da má execução dos serviços, a contratada deverá corrigir ou substituir os

componentes afetados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação formal da fiscalização.

3.3.14. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

3.4. O recebimento provisório dos serviços será formalizado mediante relatório técnico, assinado pelo fiscal do contrato, contendo descrição detalhada das atividades executadas, substituições realizadas e condições de operação dos equipamentos;

3.5. O recebimento definitivo será efetuado após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais e da apresentação de toda a documentação técnica e relatórios de manutenção pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – itens 3.8. a 3.31.3. (no que couber para cada lote)**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total estimado a ser pago à CONTRATADA pelo objeto deste contrato será de R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXX), conforme composição de custos descrita na tabela a seguir:

5.2. LOTE 1 – Plataformas de Acessibilidade:

Item	Especificações do objeto	Qtd.	Und. de medida	Manut. mensais	Manut. anuais	Valor Unt.	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventivas de plataformas de acessibilidade - periodicidade mensal.	6	SERVIÇO	6 (uma para cada plataforma)	72	R\$	R\$
2	Pintura com	6	SERVIÇO	Não há	6 (uma para cada	R\$	R\$

	tratamento anticorrosivo das plataformas e da estrutura autoportante – periodicidade anual.				plataforma)		
3	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção coretiva de plataformas de acessibilidade e atendimento de emergência.	6	HORA	50h (máximo em horas estimadas para manutenções corretivas por ano)	R\$	R\$	
4	Fornecimento e reposição de peças conforme a necessidade.	6	SALDO R\$	R\$ 40.875,00 (valor máximo estimado por ano)	R\$ 40.875,00 (valor máximo estimado por ano)		
*Ressalta-se que os valores das manutenções corretivas, atendimento de emergência e reposição de peças só serão pagos quando efetivamente utilizado parte do saldo pela ALRN.							

5.3. LOTE 2 – Elevadores:

Item	Especificações do objeto	Qtd.	Und. de medida	Manut. mensais	Manut. anuais	Valor Unt.	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventivas de elevadores - modelos descritos no item 1.5.	4	SERVIÇO	4 (uma para cada elevador)	48	R\$	R\$
2	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção coretiva de elevadores – modelos descritos no item 1.5.	4	HORA	131 (máximo em horas estimadas para manutenções corretivas por ano)		R\$	R\$
3	Fornecimento e reposição de peças conforme a necessidade.	4	SALDO R\$	R\$ 44.046,66 (valor máximo estimado por ano)		R\$ 44.046,66 (valor máximo estimado por ano)	
*Ressalta-se que os valores das manutenções corretivas, atendimento de emergência e reposição de peças só serão pagos quando efetivamente utilizado parte do saldo pela ALRN.							

5.4. No valor descrito acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis, a contar do atesto da Nota Fiscal, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os materiais adquiridos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

6.2. No momento de apresentação de cada Nota Fiscal/Fatura, deverá vir acompanhada de prova de regularidade fiscal da CONTRATADA, com a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Trabalhista;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Municipais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos Negativos) de Débitos Federais (CONJUNTAS);
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

6.2.1. Não estando em dia com as certidões negativas, a ausência das mesmas não configurará impedimento ao pagamento, porém a empresa será notificada para regularização fiscal.

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, conforme dados a seguir:

- a) Banco: XXXXXXXXXXXX;
- b) Agência: XXXXXX;
- c) Conta: XXXXXXXX.

6.4. As **demais regras, diretrizes, procedimentos** e a metodologia de **pagamento** encontram-se descritos no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – item 11**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratuais poderão ser reajustados após 01 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta e, para cobrir variações no custo dos serviços, tendo como referência o IPC-A, no período de um ano, e aplicado nos montantes dos pagamentos mensais, na forma da Lei.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços de valor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALRN, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Subfunção: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Programa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ação: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Elemento Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Fonte de Recurso: 0500 – Recursos Não Vinculados de Impostos;

Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Subfunção: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Programa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Ação: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Elemento Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Fonte de Recurso: 0500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Unidade Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Subfunção: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Programa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Ação: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Elemento Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
Fonte de Recurso: 0500 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica a CONTRATANTE obrigada a enviar à CONTRATADA, após a assinatura deste instrumento, cópia da Nota de Empenho vinculada ao objeto deste contrato, devidamente assinada pelo Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

9.1. O recebimento seguirá o normativo interno da ALRN e o disposto no art. 140 e seguintes, da Lei ° 14.133/2021, conforme exposto a seguir:

9.1.1. Para o LOTE 1:

- I) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e;
- II) **Definitivamente**, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- III) **Nos casos de manutenção preventiva**, se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com as especificações contidas no contrato firmado, na respectiva proposta de preços e no Termo de Referência e neste instrumento, depois da Contratada ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias corridos para concluí-los, desta vez, dentro das referidas especificações.
- IV) **Nos casos de manutenção corretiva**, se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com as

especificações contidas no contrato firmado, na respectiva proposta de preços e no Termo de Referência e neste instrumento, depois da Contratada ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas corridas para concluí-los, desta vez, dentro das referidas especificações.

9.1.2. Para o LOTE 2:

V) **Provisoriamente**, será formalizado mediante relatório técnico, assinado pelo fiscal do contrato, contendo descrição detalhada das atividades executadas, substituições realizadas e condições de operação dos equipamentos; e;

VI) **Definitivamente**, após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais e da apresentação de toda a documentação técnica e relatórios de manutenção pertinentes.

9.2. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.3. O recebimento definitivo dos bens pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios aparentes, de quantidade ou ocultos, tampouco por disparidades com as especificações estabelecidas, que venham a ser verificadas posteriormente, aplicando-se, para tanto, o previsto na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS GARANTIAS

10.1. A exigência de garantias decorre dos princípios da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e, por analogia, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que se aplica subsidiariamente na relação entre o fornecedor e a Administração Pública. A lei prevê a possibilidade de exigência de garantia de execução contratual (até 5% ou 10% do valor do contrato) e a garantia do objeto (o próprio produto).

10.2. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

10.2.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.

10.2.2. A garantia de execução poderá ser efetuada mediante:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conversíveis em moeda corrente, conforme regulamentação da Secretaria do Tesouro Nacional e legislação aplicável; ou
- b) Fiança bancária, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de vigência, acrescido 30 (trinta) dias, de forma a abrigar o período finalização do contrato; ou
- c) Seguro garantia de execução em apólice nominal ao CONTRATANTE e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil; ou
- d) Retenção dos primeiros pagamentos devidos pela execução do contrato até o limite percentual do caput.

10.2.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato e por mais 30 (trinta) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.4. A garantia deverá permanecer válida durante toda a execução contratual, inclusive em eventuais prorrogações.

10.2.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.2.6. A garantia poderá ser executada integral ou parcialmente pelo CONTRATANTE, em caso de inadimplemento contratual, observados os procedimentos legais aplicáveis.

10.2.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado os casos em que a garantia for prestada em dinheiro.

10.2.8. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de

endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.2.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica indicada pelo CONTRATANTE.

10.2.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.2.11. Qualquer majoração do valor contratual ou prorrogação de sua vigência obrigará a CONTRATADA a ajustar ou renovar, nas mesmas modalidades dos itens anteriores, o valor correspondente ao complemento do valor da alteração. No caso de redução do valor contratual, poderá a CONTRATADA ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

10.2.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.2.13. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

- a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);
- b) O descumprimento do prazo do item 10.2.1. autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia, a serem depositados em favor do CONTRATANTE, bem como tal fato enseja a incidência de outras sanções administrativas.

10.2.14. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.2.15. A CONTRATADA perderá a garantia de execução quando:

- a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do Contrato por sua culpa;
- b) Quando do não recebimento provisório e/ ou definitivo e/ ou não aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado.

10.2.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- a) A devolução da garantia pelo CONTRATANTE ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da solicitação realizada pela CONTRATADA, a qual deverá ser formalizada à Divisão de Gestão de Contratos e Convênios.

10.2.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.2.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

10.2.19. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.2.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente neste instrumento e no Termo de Referência.

10.2.21. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência da entrega dessa garantia contratual, não gerando qualquer direito a alteração de preços ou compensação financeira à CONTRATADA.

10.2.22. Fica estabelecido que a aprovação da garantia e de suas eventuais alterações dependerá de análise formal pela área de gestão contratual, que poderá solicitar adequações para assegurar a aderência à legislação e às condições do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. As **obrigações da CONTRATADA** encontram-se descritas no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – item 7**, que é parte integrante e indissociável

deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

12.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATANTE** deve cumprir as que se encontram descritas no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – item 8**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. DESIGNAÇÃO E RESPONSABILIDADE:

LOTE 1:

13.1.1. **A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Ato da Mesa nº 2.531/2023, permitida a atuação de equipe de apoio, sem prejuízo das atribuições do gestor do contrato. Sendo o (a) servidor(a) **Silvio Rodrigues dos Santos**, matrícula nº 154785-2, o(a) **fiscal titular**, e o(a) servidor(a) **João Renato Ribeiro Capistrano de Oliveira**, matrícula nº 201909-4, o(a) **fiscal substituto(a)**, o(a)s quais podem ser contactado(a)s através do(s) e-mail(s): servicosgerais@al.rn.leg.br e telefone institucional: (84) 3232-0097.

13.1.2. O fiscal e o substituto exercerão suas atribuições com observância da legislação vigente, devendo registrar todas as ocorrências, deficiências e comunicações pertinentes à execução contratual, encaminhando cópia à CONTRATADA e à Divisão de Gestão de Contratos e Convênios, para adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas pactuadas.

13.1.3. **O(a) fiscal substituto(a)** assumirá automaticamente as atribuições do titular em seus impedimentos, devendo manter-se atualizado sobre a execução contratual e auxiliar nas ações de fiscalização, conforme o art. 12 do Ato da Mesa nº 2.531/2023.

LOTE 2:

13.1.4. **A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração**, nos termos do art. 117 da Lei nº

14.133/2021 e do Ato da Mesa nº 2.531/2023, permitida a atuação de equipe de apoio, sem prejuízo das atribuições do gestor do contrato. Sendo o (a) servidor(a) **Isaac Batista dos Santos**, matrícula nº 202932-4, o(a) **fiscal titular**, e o(a) servidor(a) **Rodrigo Eufrásio Dantas**, matrícula nº 208227-6, o(a) **fiscal substituto(a)**, o(a)s quais podem ser contactado(a)s através do(s) e-mail(s): manutencao@al.rn.leg.br e telefone institucional: (84) 3132-0067.

13.1.5. O fiscal e o substituto exercerão suas atribuições com observância da legislação vigente, devendo registrar todas as ocorrências, deficiências e comunicações pertinentes à execução contratual, encaminhando cópia à CONTRATADA e à Divisão de Gestão de Contratos e Convênios, para adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas pactuadas.

13.1.6. **O(a) fiscal substituto(a)** assumirá automaticamente as atribuições do titular em seus impedimentos, devendo manter-se atualizado sobre a execução contratual e auxiliar nas ações de fiscalização, conforme o art. 12 do Ato da Mesa nº 2.531/2023.

13.2. As **demais regras, diretrizes, procedimentos** e metodologia detalhada para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato encontram-se descritos no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – item 5**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREPOSTO

14.1. A CONTRATADA designará o funcionário **XXXXXXXXXXXXXX**, telefone: _____, e-mail: _____ para representar a empresa e atender a todas as demandas, questionamentos e solicitações da CONTRATANTE junto a este instrumento contratual.

14.2. Se por algum motivo o funcionário que atua como preposto for desligado da empresa, esta enviará automaticamente nova indicação.

14.3. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

15.1. As **regras, diretrizes, procedimentos** e metodologia detalhada para a **aplicação das sanções administrativas** encontram-se descritas no **Termo de Referência (Anexo do Edital/Contrato) – item 10**, que é parte integrante e indissociável deste instrumento, para todos os fins de direito, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Ato da Mesa nº 2531/2023 – Anexo V.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1. As alterações contratuais observarão os arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

16.2. Acréscimos e supressões permitem ajuste proporcional do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses legais dos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

18.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, **iniciando-se na data da assinatura eletrônica**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial Eletrônico (DOE).

19.2. A CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

- a) Até 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- b) Até 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da cidade de Natal/RN, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste contrato de cessão.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes abaixo.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Palácio “JOSÉ AUGUSTO”, Natal, **na data da assinatura eletrônica.**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE

DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA – PRESIDENTE

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – REPRESENTANTE

CONTRATADA

ANEXO I - PROPOSTA